

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁÇER DO SAL APROVADA P.S.M

HAIJONA BASTA JUSTO A
 FAVOR DA EDU, 7 VOTOS GANHA
 DO PS É 1 VOTO A FAVOR DA
 POLIGARAU: TODOS JUNTOS
 PARA QUE ALCÁÇER GANHE?
 Sessão de 22/03/2022
 A Mesa,

1 SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 25 DE MARÇO DE 2022

2 ATA Nº 02

3
4 Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Alcácer do
5 Sal, no Auditório Municipal, reuniu a Assembleia Municipal.

6
7 O Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou os presentes e informou que a Mesa da
8 Assembleia Municipal recebeu cartas de renúncia ao mandato da Deputada Maria de Fátima
9 Martins dos Santos Leite e do Deputado Ilídio José Repolho e, assim, iria dar a posse ao cidadão
10 Ricardo Jorge Carqueijeiro Magalhães Campos e à cidadã Ana Paula Vinagre Júlio.

11 O Presidente da Assembleia leu as cartas de renúncia e deu posse aos novos Deputados.

12 A Segunda-Secretária da Mesa, Liliana Patrícia Santos Jacinto fez a leitura da Ata da Tomada de
13 Posse do Deputado Ricardo Jorge Carqueijeiro Magalhães Campos e da Deputada Ana Paula
14 Vinagre Júlio.

15
16 Foi efetuada a chamada pelo Primeiro-Secretário da Mesa, tendo-se verificado que, compareceram
17 nesta sessão, os seguintes Deputados: Vítor Manuel Palmela Fidalgo, Presidente da Assembleia
18 Municipal, Eduardo António Martins Costa, José Agostinho Rodrigues Santana (em regime de
19 substituição), Laura Maria Chané dos Santos, Inês Sofia Costa Freitas, António João Bragança
20 Birra (em regime de substituição), Mário Filipe Rebelo Alexandre, Primeiro-Secretário da Mesa,
21 João Miguel Martins Gomes de Almeida, Ricardo Jorge Carqueijeiro Magalhães Campos, Mafalda
22 Sofia da Conceição Panóias, Filipe Acácio Loureiro Antunes, Ana Maria Tomás Cananão Guerreiro,
23 Luzia Maria Carvalho Maurício, Duarte Manuel Roberto Dimas, Jacinto José Guerreiro Vinagre, Ana
24 Helena Carvalho da Silva (em regime de substituição), Hortênsio José Vicente de Sousa, Miguel
25 Luís Mendes Saraiva Lima, Sofia Isabel Rebelo Carvalho, Liliana Patrícia Santos Jacinto, Segunda-
26 Secretária da Mesa, Ana Paula Vinagre Júlio, José Pedro Geraldo da Silva (em regime de
27 substituição do Presidente da União das Freguesias de Alcácer do Sal), José Luís Rodrigues
28 Gonçalves (em regime de substituição do Presidente da Junta de Freguesia do Torrão), Maria José
29 Coelho Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Comporta e Manuel António Atraca
30 Farrombão, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho.

31
32 Compareceram também, Vítor Manuel Chaves de Caro Proença, Presidente da Câmara Municipal,
33 e os Vereadores Ana Luísa Alferes Pinto Soares, Manuel Vítor Nunes de Jesus, Vice-Presidente,
34 Vera Lúcia da Silva Letras, Clarisse Maria Gaudino Veredas Campos e Gabriel Afonso Leal
35 Geraldo.

36 Verificou-se a ausência dos seguintes Deputados, Manuel Fernando da Silva Rocha, Ana Isabel
37 Bernardo Semião, Isabel Maria Tavares Alferes Candeias, Arlindo José Paulino de Passos e Hélder
38 Manuel Telo Montinho, tendo os mesmos apresentado justificações, que ficam arquivadas em
39 pasta anexa à ata.

40

41 Pelas vinte horas e trinta e seis minutos, o Presidente da Assembleia Municipal, deu início aos
42 trabalhos, tendo de acordo com o artigo 19.º do Regimento, iniciado os mesmos, com o período da
43 ordem do dia:

44

45 **Feita a introdução ao Regimento da Assembleia Municipal, por parte do Presidente da**
46 **Assembleia, foi posta à discussão para análise e votação a proposta nº 01 da referida**
47 **convocatória.**

48 **Intervenções:**

49 O Presidente da Assembleia agradeceu aos deputados e a todos aqueles que participaram no
50 processo de revisão do regimento. Informou que, muitas das alterações vão no sentido de uma
51 melhoria e o esclarecimento de alguns pontos que estavam ausentes, nomeadamente a questão
52 dos deveres e direitos dos deputados, sobre as pausas nas assembleias, conflitos de interesses,
53 impedimentos e outras questões que resultam da Lei. Informou ainda, que se chegou a acordo
54 passar o período de intervenção do público para depois do período de antes da ordem do dia,
55 limitar as reuniões para além da meia-noite a 90 minutos, na possibilidade de existir um debate,
56 como proposta da Mesa, sobre o estado do Município com temas pré-definidos e ainda regular as
57 sessões solenes. O Presidente da Assembleia referiu que não chegaram a acordo sobre o artigo
58 13º, n.º 3, que tem a ver com a transmissão dos debates por vídeo.

59 O Deputado Eduardo Costa deixou uma palavra de apreço pela forma democrática, participativa e
60 cooperante de todos os elementos do grupo de trabalho ao longo destes 5 meses. Acrescentou
61 que, foram apresentadas sugestões, das quais foram acordando e fazendo algumas cedências e
62 das quais resultou um regimento moderno e transparente. O Deputado referiu que, ficaram
63 surpreendidos pelo resultado final, porque foi acordado como metodologia de trabalho, irem
64 analisando ponto a ponto e sempre que houvesse acordo passar para o documento final, deixando
65 para último os artigos 10º e 13º, que eram temas menos fáceis. Disse que, na última reunião, dos 9
66 artigos que ainda estavam em discussão, só não chegaram a acordo sobre os artigos 10º e 13º.

67 Acrescentou ainda, que como representante do PS cedeu e aceitou o artigo 10º e relativamente ao
68 artigo 13º, foi dito que os meios envolvidos eram onerosos e essa despesa não estava
69 contemplada em orçamento municipal para 2022, o que compreenderam e sugeriram que o artigo
70 13º seria a partir de 2023, todo o grupo de trabalho concordou e pensava que o documento estava
71 concluído para vir a apreciação da assembleia. O Deputado Eduardo Costa referiu ainda que
72 ficaram surpreendidos com esta reviravolta que, foi um desrespeito pelo trabalho do grupo de
73 trabalho.

74 O Presidente da Assembleia disse ser verdade que o grupo de trabalho pode em algumas questões
75 chegar a acordo, mas esse grupo de trabalho só representa 5 deputados e poderão ser
76 apresentadas mais propostas.

77 O Deputado João Almeida questionou o porquê de se ter aberto um precedente, porque receberam
78 a convocatória no dia 18 de março, dentro dos prazos legais, que não tinha o regimento em anexo,
79 o que compreenderam porque sabiam o que estava a ser discutido e só receberam a proposta do
80 regimento, na quinta-feira, por volta das 11 horas, não cumprindo os 2 dias úteis como refere o
81 regimento ainda em vigor. Considerou estranho que depois de 5 meses de trabalho não tenha sido
82 cumprido o prazo legal e que o documento enviado não seja igual ao que o grupo de trabalho
83 redigiu e preparou.

84 O Presidente da Assembleia disse que a responsabilidade de o documento ter sido enviado ontem,
85 foi sua, porque não se pode comprometer em enviar um documento que ainda precisava ser
86 analisado. Acrescentou ainda, que como o grupo de trabalho é constituído por representantes de
87 todas as bancadas e a situação era conhecida por todos, era melhor esclarecer as dúvidas que
88 existiam. Informou que, o documento foi sendo enviado consecutivamente e não teve agora uma
89 alteração significativa.

90 O Presidente da Assembleia disse que como foi levantada essa questão, o documento será
91 retirado e submetido a votação na próxima sessão, porque não quer infringir o princípio da
92 legalidade.

93 A Deputada Inês Freitas reconheceu a importância do documento e deu os parabéns a todos os
94 Deputados envolvidos. Acrescentou ainda, que os Deputados da CDU não se opõem à retirada do
95 documento.

96 O Deputado Eduardo Costa solicitou a interrupção dos trabalhos para a bancada do PS reunir.

97 O Presidente da Assembleia interrompeu os trabalhos e retomou a sessão passado 4 minutos.

98 O Deputado Eduardo Costa informou que os deputados do PS também concordam com a retirada
99 do ponto da ordem de trabalhos.

100 O Deputado Eduardo Costa questionou se há uma estimativa dos custos da transmissão dos
101 debates por vídeo e se o grupo de trabalho se mantém em funções até fazerem uma revisão total
102 do documento.

103 O Presidente da Assembleia disse que o grupo de trabalho se vai manter em funções e que não
104 pode responder em relação à outra questão sobre os custos porque não faz parte das suas
105 atribuições. Questionou o Presidente da Câmara se queria responder à questão.

106 O Presidente da Câmara disse que não tinha essa informação.

107 **O Presidente da Assembleia referiu que o ponto será retirado e discutido na próxima sessão.**

108

109 **Feita a introdução à proposta referente à 1ª revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa e**
110 **das Grandes Opções do Plano (GOP `s), por parte do Presidente da Câmara, foi posta à**
111 **discussão para análise e votação a proposta nº 02 da referida convocatória.**

112 **Intervenções:**

113 O Deputado Miguel Saraiva Lima questionou quantas crianças com necessidades especiais estão
114 identificadas no concelho. Acrescentou ainda, que essas crianças com apoio pedagógico podiam
115 melhorar os seus índices de aproveitamento.

116 A Vereadora Vera Letras referiu que as crianças com necessidades especiais são acompanhadas
117 pedagogicamente pelos Agrupamentos de Escolas e que ainda não tem esses dados.

118 O Deputado Eduardo Costa referiu que se congratulam com esta revisão, porque esta volumosa
119 receita vinda do Estado está distribuída por várias rubricas e a grande fatia é para a transferência
120 de competências na área da educação.

121 A Deputada Inês Freitas referiu que a transferência de competências, é uma preocupação legítima
122 do executivo, com o vencimento dos funcionários, com a falta de informação disponibilizada ao
123 Município e também se o processo não vai interferir com a qualidade do ensino e com outras
124 preocupações em que o executivo se irá deparar quando o processo estiver concluído.

125 A Deputada Inês Freitas referiu ainda que são excelentes notícias, no que se refere à obra de
126 infraestruturas de Foros de Albergaria e que também fica demonstrado o esforço deste executivo
127 em prol do bem-estar da população.

128 A Deputada Luzia Carvalho, referiu que este processo da transferência de competências, é visto
129 por a grande maioria dos Municípios Portugueses, não como transferência de competências, mas
130 sim como uma transferência de responsabilidades. Saudou a forma serena e empenhada com que
131 o executivo permanente tem acompanhado o processo.

132 O Presidente, clarificou que a volumosa receita, fica aquém daquilo que os Municípios vão gastar,
133 dando alguns exemplos tais como os assistentes técnicos e assistentes operacionais dos dois
134 agrupamentos que não tem Segurança e Higiene no Trabalho e não tem seguros e vão passar a
135 ter, assim como o parque informático que precisa ser todo renovado. O Presidente disse que todos
136 esses encargos serão apurados pelo centro de custos e no futuro serão aferidos e verificar-se-á
137 que ficaram aquém daquilo que os Municípios vão ter que assumir.

138 A Deputada Laura Chané, considerou que a de transferência de competências é um processo bem
139 transparente.

140 O Deputado Hortênsio Sousa, disse que aquando da aprovação do orçamento, foi dito que o
141 mesmo iria ser constantemente alterado, devido à transferência de competências. Referiu também,
142 que o PS quando se trata de funcionários do Município se abstém, mas quando se trata da
143 transferência de competências vota sempre a favor.

144 O Deputado José Pedro, informou que esteve a representar a UFAS no Congresso Anual de
145 Freguesias e o tema das transferências de competências foi falado e é assustador como será o
146 futuro a nível de custos e encargos. Referiu ainda, ser salutar a preocupação do executivo sobre o
147 tema.

148 O Deputado João Almeida disse que a transferência de competências é difícil de se fazer.
149 Salientou que as escolas serão mais bem geridas pelas Câmaras Municipais, que estão mais
150 próximo e que a transferência de competências não pode ser vista como um problema, mas sim
151 como uma oportunidade, que irá permitir um melhor ensino às crianças do concelho.

152 A Deputada Laura Chané, referiu que desde 1974 existe a Democracia em Portugal e cada um tem
153 a sua forma de pensar e agir.

154 A Deputada Inês Freitas disse que a experiência já mostrou que o processo de transferências de
155 competências, de transparente tem muito pouco e que nos moldes em que é feita não será o mais
156 correto, prejudicando a gestão dos Municípios.

157 O Deputado Jacinto Vinagre disse ser a favor da transferência de competências, mas com a devida
158 transparência.

159 **A Proposta em discussão foi aprovada por unanimidade.**

160 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
161 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

162

163 Feita a introdução à proposta referente à delegação de competências no âmbito do regime
164 jurídico de serviço público de transporte de passageiros – aditamento, por parte do
165 Presidente da Câmara, foi posta à discussão para análise e votação a proposta nº 03 da referida
166 convocatória.

167 **A Proposta em discussão foi aprovada por unanimidade.**

168 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
169 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

170

171 **Intervenções do Público** (Artigo 21 do Regimento)

172 No período de intervenção do público não houve inscrições.

173

174 **A ata, foi lida e aprovada por unanimidade produzindo efeitos imediatos.**

175

176 À presente sessão corresponde a gravação n.º 02/2022 arquivada nos serviços da Assembleia
177 Municipal.

178 Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão pelas vinte
179 e uma horas e quarenta e quatro minutos, do dia vinte e cinco de março do ano dois mil e vinte e
180 dois. Nós, Nuno Manuel Carvalho e Maria Manuela Martins Caixas Carradinha, assistentes
181 técnicos, redigimos a presente ata, que assinamos com o Presidente da Mesa da Assembleia
182 Municipal.

183

184 O Presidente da Assembleia Municipal

185

186

187

Os Assistentes Técnicos

188

189

190

191


